

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA - IFILO**

**Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**

**DANIVAL LUCAS DA SILVA**

**O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS A PARTIR DO EMPIRISMO INGLÊS**

**UBERLÂNDIA/MG**

**2020**

**DANIVAL LUCAS DA SILVA**

## **O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS A PARTIR DO EMPIRISMO INGLÊS**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Filosofia - UFU (IFILO), com o intuito de aprovação na disciplina TCC.

Professor: Marcos César Seneda.

**UBERLÂNDIA/MG**

**2020**

## O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS A PARTIR DO EMPIRISMO INGLÊS

*Danival Lucas da Silva<sup>1</sup>*

### RESUMO

O objetivo dessa monografia é aprofundar nas discussões que giram em torno do problema dos universais, partindo da análise das propostas de Locke e Hume em relação às ideias abstratas e aos termos gerais. Para esses dois filósofos, a solução da questão passa pela rejeição do realismo, que é uma teoria fortemente defendida pela tradição e ainda presente no pensamento filosófico nos dias de hoje. Nesse artigo falaremos sobre os avanços conquistados pelo empirismo inglês, bem como sobre os pontos frágeis de seus argumentos. Defenderemos que é possível construir uma refutação definitiva do realismo, baseando-nos na contribuição desses dois autores na área da epistemologia e nas evidências reveladas pelo avanço das ciências. Apresentaremos, também, uma objeção ao essencialismo, elaborada a partir da proposta de Hume. Por fim, mostraremos como o legado desses dois filósofos contribuiu para o progresso das ciências cognitivas.

**Palavras-chave:** Locke. Hume. Ideias abstratas. Problema dos universais.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciência da Computação pela UFU (1999). Aluno de graduação do curso de Filosofia da UFU. Monografia realizada sob a orientação do Professor Marcos César Seneda, integrando parte de suas atividades como Bolsista de Produtividade PQ do CNPq.

## THE PROBLEM OF UNIVERSALS FROM ENGLISH EMPIRISM

### ABSTRACT

The objective of this monograph is to deepen the discussions that revolve around the problem of universals, starting from the analysis of Locke and Hume's proposals in relation to abstract ideas and general terms. For these two philosophers, the solution to the question involves the rejection of realism, which is a theory strongly defended by tradition and still present in philosophical thought today. In this monograph we will talk about the advances achieved by English empiricism, as well as the weak points of its arguments. We will argue that it is possible to construct a definitive refutation of realism, based on the contribution of these two authors in the area of epistemology and on the evidence revealed by the advancement of science. We will also present an objection to essentialism, based on Hume's proposal. Finally, we will show how the legacy of these two philosophers contributed to the progress of the cognitive sciences.

**keywords:** Locke. Hume. Abstract ideas. Problem of universals.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>RESUMO</b>  | 2  |
| <b>ABSTRACT</b>  | 3  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 5  |
| <b>CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS</b>  | 6  |
| <b>CAPÍTULO 2 - A SOLUÇÃO DE LOCKE</b>   | 9  |
| 2.1 Contra o realismo platônico  | 11 |
| 2.2 Contra o realismo aristotélico   | 14 |
| 2.2.1 Essências reais e essências nominais   | 14 |
| 2.2.2 Plausibilidade do realismo aristotélico puro e impossibilidade da versão escolástica | 16 |
| 2.2.3 Refutação definitiva   | 19 |
| <b>CAPÍTULO 3 - A SOLUÇÃO DE HUME</b>  | 24 |
| 3.1 Contra as ideias abstratas de Locke  | 24 |
| 3.2 Motivo da rejeição das ideias abstratas  | 30 |
| 3.3 Distinção de razão   | 31 |
| 3.4 Contra o essencialismo   | 32 |
| <b>CAPÍTULO 4 - PESQUISAS ATUAIS</b>   | 35 |
| <b>CONCLUSÃO</b>   | 37 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>  | 38 |
| Bibliografia básica  | 38 |
| Bibliografia secundária  | 38 |

## INTRODUÇÃO

No contexto do problema dos universais, John Locke e David Hume representam duas posições distintas em relação à origem dos termos gerais e à natureza das ideias abstratas ou ideias gerais. Para esses dois filósofos, a solução da questão passa pela rejeição do realismo, fortemente defendido pela tradição e ainda presente no pensamento filosófico nos dias de hoje. Nesse TCC, mostraremos os avanços nesse sentido conquistados pelo empirismo inglês, bem como os pontos frágeis de seus argumentos. Defenderemos que é possível construir uma refutação definitiva ao realismo, baseando-nos na contribuição desses dois autores na área da epistemologia e nas evidências reveladas pelo avanço das ciências. Mostraremos também como é possível contestar o essencialismo a partir da proposta de Hume. Primeiramente faremos algumas considerações gerais em relação ao problema dos universais, identificando a abordagem a ser objetada. Em seguida discutiremos as ideias abstratas em Locke, posicionando-o nas correntes conceitualista e convencionalista. Mostraremos que o realismo platônico é plenamente descartado, assim como o realismo aristotélico em sua versão escolástica - embora o realismo aristotélico puro seja admitido como possível. Em todos esses pontos, abordaremos as incorreções de seus argumentos, à luz do conhecimento científico atual, bem como apresentaremos caminhos alternativos que podem levar à plausibilidade de suas hipóteses. Discutiremos também a solução de Hume, seus principais pontos de contato e divergências em relação à posição de Locke. Indicaremos alguns motivos que podem justificar os pontos discordantes. Em seguida, produziremos uma refutação ao essencialismo, baseada na proposta de Hume. Por fim, apresentaremos algumas linhas de pesquisa e discussões atuais que só são possíveis graças aos avanços significativos conquistados por Locke e Hume.

## CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS

O problema dos universais atravessa praticamente toda a história da filosofia. Surge na metafísica de Platão e Aristóteles, ganha força no debate medieval, alcança a epistemologia dos modernos e chega até nós hoje como um problema ainda em aberto. Segundo a enciclopédia de filosofia da universidade de Stanford, esse problema pode ser definido como um conjunto historicamente variável de questões metafísicas, lógicas e epistemológicas intimamente relacionadas, ligadas, em última análise à seguinte questão: como é possível a cognição universal de coisas singulares?<sup>2</sup> (KLIMA, 2017, p. 1). Tomemos o termo geral “homem” como exemplo. Dizemos que este é um termo universal pois se aplica a todos os homens individuais. Mas essa relação, longe de ser trivial, revela-se um dos maiores desafios do pensamento filosófico em todos os tempos.

Podemos dizer que “o problema medieval dos universais é uma continuação lógica e histórica do antigo problema criado pela teoria de Platão para responder a um tal feixe de questões, a saber, sua teoria das Ideias ou Formas”<sup>3</sup> (KLIMA, 2017, p. 1). Os gregos antigos já compartilhavam a noção de que o conhecimento se dá nos universais, e não nos indivíduos particulares. Platão defendia a existência das ideias, transcendentais e anteriores à existência de qualquer indivíduo, como explicação para a capacidade humana de classificação dos particulares em espécies e gêneros. Cada indivíduo particular seria apenas uma cópia imperfeita com algum grau de participação em modelos ou arquétipos eternos e imutáveis. Ao nos depararmos com homens individuais, por exemplo, percebemos a relação destes com o modelo universal de homem através do fenômeno da reminiscência e formamos uma ideia em nossa mente que se refere a todos os indivíduos dessa espécie. A palavra “homem”, dessa forma, passa a se referir a essa ideia na mente. Esse sistema ficou conhecido como *universalia ante rem*<sup>4</sup>.

Ao focar nesse problema, Aristóteles, no Livro VII de sua Metafísica, diz: "na verdade, o que desde os tempos antigos, assim como agora e sempre, constitui o eterno objeto

---

<sup>2</sup> “The problem of universals’ in general is a historically variable bundle of several closely related, yet in different conceptual frameworks rather differently articulated metaphysical, logical, and epistemological questions, ultimately all connected to the issue of how universal cognition of singular things is possible.” (KLIMA, 2017, p. 1)

<sup>3</sup> “The medieval problem of universals is a logical, and historical, continuation of the ancient problem generated by Plato’s (428–348 B.C.) theory answering such a bundle of questions, namely, his theory of Ideas or Forms.” (KLIMA, 2017, p. 1)

<sup>4</sup> Universal antes da coisa. Para Platão, os universais têm status ontológico superior aos indivíduos que deles participam. A existência dos universais é anterior e independente da existência dos particulares.

de pesquisa, e o eterno problema, é a questão: o que é o ser?" (Metaf. VII, 1028b 2-3). "O que são as coisas", segundo Aristóteles, seria a questão fundamental, cuja solução deveria ser buscada na essência dos seres. Mas a essência, ainda segundo a metafísica aristotélica, está inevitavelmente ligada aos nomes das espécies e dos gêneros nos quais os indivíduos são agrupados. Isso é citado na *Metafísica* da seguinte forma: "[...] quando perguntamos qual é a sua essência, não dizemos que é branca ou quente ou que tem três côvados, mas que é um homem ou que é um deus." (Metaf. VII, 1028a 15-17). "Homem", como vimos, é, antes de mais nada, um termo geral, um universal, e como tal carrega em si toda uma problemática: A espécie homem existe na realidade? A ideia de homem teria existência independente da existência dos seres humanos? Aristóteles resolve a questão alegando que a essência dos seres está na forma substancial, presente em cada indivíduo, atuando sobre a potência da matéria e permitindo, assim, que cada um seja devidamente classificado em seu respectivo grupo de espécie e gênero. Segundo esse entendimento, a forma teria uma realidade metafísica - seria a substância (*ousia*) do ponto de vista ontológico - enquanto a espécie teria apenas uma existência lógica, ou seja, seria o universal pensado pela mente humana. A alma humana, por exemplo, dá forma à carne e aos ossos que constituem os corpos dos indivíduos que classificamos como homem. A forma está nos indivíduos e é o que os torna semelhantes, mas não possui uma existência independente e anterior a eles. Assim a palavra "homem" refere-se à espécie e conseguimos construir na mente a ideia correspondente por sermos capazes de identificar, nas coisas, sua forma substancial. Nesse caso, mesmo considerando, ao contrário de Platão, a espécie e o gênero como não anteriores aos indivíduos, ainda assim o universal seria real, existindo nos particulares. É o que chamamos de *universalia in re*<sup>5</sup>.

Entre os medievais, a solução platônica foi seguida por Santo Agostinho, o qual, grosso modo, substitui o mundo das ideias pela mente de Deus e a reminiscência pela luz natural. São Tomás de Aquino segue o modelo aristotélico com adaptações para se adequar à tradição cristã. As formas naturais preexistem em potência na matéria. Temos em nós certas sementes (concepções primordiais do intelecto), as quais, pela luz do intelecto agente, são imediatamente conhecidas por meio das espécies abstraídas dos sensíveis. De qualquer forma, toda filosofia cristã baseia-se na hipótese de que as essências dos seres são reais e existem antes dos indivíduos, pelo menos como um projeto na mente do criador.

---

<sup>5</sup> Universal na coisa. Para Aristóteles, os universais estão nas coisas, isto é, são as formas substanciais que atualizam a matéria dando origem aos indivíduos de uma espécie. Os universais, portanto, dependem da existência dos particulares.



Todos esses sistemas filosóficos são classificados como realistas, pois defendem a existência dos universais no mundo extramental, ou seja, os gêneros e as espécies existem na realidade, independente de sua concepção na mente humana. Em oposição ao realismo, temos, na modernidade, as propostas dos empiristas ingleses. Nesse aspecto, tanto Locke quanto Hume rompem definitivamente com esses sistemas filosóficos tradicionais apresentando soluções que seguem na esteira do conceitualismo e do nominalismo<sup>6</sup>, respectivamente. Acreditam, portanto, que os universais possuem uma existência apenas na mente humana, ou seja, uma existência após a coisa: *universalia post rem*<sup>7</sup>. Contudo, apesar dessa divergência fundamental quanto à existência real dos universais, o sistema de Locke, no contexto do essencialismo<sup>8</sup>, ainda se aproxima da tradição realista. Seu modelo sugere que as ideias abstratas possuem apenas propriedades essenciais. A proposta de Hume, por outro lado, afasta completamente essa possibilidade.

Considerando que tanto o realismo quanto o essencialismo são tratados, ainda hoje, como possibilidades no mundo filosófico, mostraremos, nas seções subsequentes, que as contribuições de Locke e Hume podem ser usadas tanto na construção de bons argumentos contra a admissibilidade dessas posições quanto no desenvolvimento de pesquisas em busca de uma solução definitiva para o problema dos universais.

---

<sup>6</sup> Para os nominalistas, somente as palavras podem ser ditas universais, pois tanto as coisas no mundo quanto as ideias na mente humana são particulares. Para os conceitualistas, não só as palavras mas também os conceitos na mente humana (ideias) são universais, pois se aplicam aos vários indivíduos de uma espécie.

<sup>7</sup> Universal após a coisa. As palavras e/ou as ideias surgem após a existência dos particulares aos quais se referem, por isso dizemos que são universais após a coisa.

<sup>8</sup> São essencialistas as correntes filosóficas que defendem a existência de um grupo de propriedades essenciais nos seres particulares. O realismo de Platão pode ser considerado um essencialismo transcendente, enquanto o realismo de Aristóteles é geralmente visto como um essencialismo imanente.

## CAPÍTULO 2 - A SOLUÇÃO DE LOCKE

Locke, no terceiro capítulo do terceiro livro de sua obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, expõe sua visão acerca da problemática existente em torno dos termos gerais. Para ele, as ideias abstratas, associadas aos termos gerais, são suficientes para resolver o problema dos universais. Essa pretensão é exposta da seguinte forma: “Todo esse mistério em relação aos gêneros e espécies, que faz tanto barulho nas escolas [...] não é nada além de idéias abstratas, mais ou menos abrangentes, com nomes anexados a elas.”<sup>9</sup> (E 3, 3, 9)<sup>10</sup>. No decorrer desse capítulo, a teoria das ideias abstratas é desenvolvida.

Logo no primeiro parágrafo, temos uma afirmação importante. Locke nos diz que, mesmo cientes de que a maioria das palavras, quanto ao seu significado, são termos gerais, precisamos reconhecer que “todas as coisas que existem são particulares”<sup>11</sup> (E 3, 3, 1). Essa declaração enfática evidencia a postura crítica de Locke em relação ao realismo. Nos parágrafos seguintes ele mostra como as ideias abstratas podem explicar a ligação entre os particulares e os termos gerais.

Inicialmente é apresentada uma breve reflexão acerca da necessidade dos termos gerais. Locke constata que seria impossível existirem nomes próprios para todas as coisas que há no mundo. A mente é incapaz de manter uma ideia distinta para cada ser existente (pássaro, árvore, etc). E mesmo que isso fosse possível, seria inútil, pois não serviria ao principal objetivo da linguagem que é a comunicação e o conhecimento. Apenas algumas coisas possuem nomes próprios devido à necessidade de nos referirmos a elas (pessoas, cidades, rios, etc). Nessas considerações, temos um primeiro argumento contra o realismo: se os termos gerais têm origem nas necessidades humanas de comunicação e conhecimento e nas limitações da mente humana, não se originam dos universais *ante rem* dos platônicos. Os termos gerais surgem, na verdade, a partir das ideias abstratas, as quais são formadas pela mente humana ao observar as semelhanças existentes entre os particulares. O processo de abstração é apresentado da seguinte forma:

As palavras tornam-se gerais por serem estabelecidas como os sinais das ideias gerais: e as ideias tornam-se gerais separando-se delas as circunstâncias de tempo e de lugar, e quaisquer outras ideias que possam determiná-las para esta ou aquela existência particular. Por este meio de abstração, elas tornam-se capazes de representar mais do

<sup>9</sup> “This whole mystery of genera and species, which make such a noise in the schools [...] is nothing else but abstract ideas, more or less comprehensive, with names annexed to them.” (E 3, 3, 9)

<sup>10</sup> Para a obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, de John Locke, utilizaremos o seguinte sistema de citações: a letra “E” identificando a obra, seguida de números indicando respectivamente livro, capítulo e parágrafo.

<sup>11</sup> “All things that exist being particulars, it may perhaps be thought reasonable that words, which ought to be conformed to things, should be so too [...]” (E 3, 3, 1)

que um indivíduo, cada um dos quais, tendo nisto uma conformidade com esta ideia abstrata, é (como o denominamos) desta espécie<sup>12</sup> (E 3, 3, 6).

O processo é simples. Partindo, por exemplo, das ideias individuais de Pedro e Paulo, retiramos delas as circunstâncias de tempo e lugar e todas as outras características pelas quais diferem essas duas ideias individuais (altura, idade, cor de pele, etc). Ao final do processo obtemos uma ideia abstrata, capaz de representar esses dois indivíduos. Por fim, estabelecemos a palavra “homem” como um sinal para essa ideia abstrata. Assim somos capazes de nos referirmos diretamente à espécie, sem precisarmos nos referir a cada indivíduo particular. Trata-se de uma oposição ao realismo, já que o universal (a ideia abstrata) é posterior à coisa e existe apenas na nossa mente.

Locke segue em sua análise afirmando que as naturezas gerais são nada mais que ideias abstratas parciais. Partindo das ideias que temos na mente de cada homem particular, formamos a ideia abstrata de homem. A partir das ideias individuais de cada cavalo particular, forma-se a ideia abstrata de cavalo:

Pois que alguém pense, e depois me diga, em que sua idéia de homem difere da de Pedro e Paulo, ou sua idéia de cavalo da de Bucéfalo, a não ser pelo fato de deixar de fora aquilo que é peculiar a cada indivíduo e reter apenas aquelas idéias particulares complexas que coincidem nas várias existências particulares? (E 3, 3, 9).<sup>13</sup>

Além disso o processo de abstração se repete em vários níveis. Partindo das ideias abstratas de homem e cavalo, por exemplo, excluindo as diferenças e mantendo apenas os aspectos concordantes, podemos chegar à ideia mais geral de animal. O processo segue dessa forma até se chegar aos termos mais gerais: *vivens*, corpo, substância, ser e coisa. Após expor essa estrutura, Locke conclui: “Em tudo isso é constante e invariável o fato de que todo termo mais geral significa uma idéia desse tipo, e é apenas uma parte de quaisquer outros termos contidos abaixo dele.”<sup>14</sup> (E 3, 3, 9). É importante notarmos que, segundo esse modelo, cada ideia abstrata mais geral (mais acima na hierarquia das ideias) é constituída apenas de partes das ideias que estão abaixo dela. Podemos pensar a ideia abstrata como uma ideia reduzida, consolidada, simplificada.

---

<sup>12</sup> “Words become general by being made the signs of general ideas: and ideas become general, by separating from them the circumstances of time and place, and any other ideas that may determine them to this or that particular existence. By this way of abstraction they are made capable of representing more individuals than one; each of which having in it a conformity to that abstract idea, is (as we call it) of that sort.” (E 3, 3, 6)

<sup>13</sup> “For let any one effect, and then tell me, wherein does his idea of man differ from that of Peter and Paul, or his idea of horse from that of Bucephalus, but in the leaving out something that is peculiar to each individual, and retaining so much of those particular complex ideas of several particular existences as they are found to agree in?” (E 3, 3, 9)

<sup>14</sup> “In all which this is constant and unvariable, That every more general term stands for such an idea, and is but a part of any of those contained under it.” (E 3, 3, 9)

Dessa forma, para Locke, os universais são ideias abstratas e por isso são criaturas do entendimento: “[...] geral e universal não pertencem à existência real das coisas; mas são as invenções e criaturas do entendimento, feitas por ele para seu próprio uso, e dizem respeito apenas a sinais, sejam palavras ou idéias.”<sup>15</sup> (E 3, 3, 11). Segundo esse entendimento, apenas sinais podem ser ditos universais; e os sinais (palavras ou ideias) existem apenas em nossa mente. Locke explica que as palavras se tornam gerais quando são usadas como sinais para as ideias gerais. As ideias são gerais quando, como foi demonstrado, passam a representar diversas coisas particulares. Mas as ideias não pertencem universalmente às próprias coisas. As coisas são todas particulares do ponto de vista da existência, isto é, até mesmo os termos gerais e as ideias abstratas, do ponto de vista da existência, são palavras e ideias particulares na mente. Todavia, do ponto de vista de seu significado, são universais. Assim devemos classificar Locke como um conceitualista, como destaca Lovatti em seu artigo. Concordando com Vere Chappel, esse autor assume que a expressão "tudo é particular" - denominada indevidamente de princípio da metafísica nominalista de Locke - não se aplica à capacidade de representação das ideias (LOVATTI, 2004, p. 3). A ideia abstrata (o conceito) existe de forma particular na mente, mas com capacidade de representação universal. Ou seja, um único conceito se aplica universalmente a vários particulares, que é exatamente a posição defendida pelos conceitualistas. Importante ressaltar que a ideia abstrata de Locke é resultado de um processamento prévio; uma ideia consolidada, que carrega em si apenas a essência das outras ideias particulares que representa.

## 2.1 Contra o realismo platônico

Baseando-se em sua teoria das ideias abstratas, Locke afirma que o realismo platônico é impossível. Além do argumento apresentado inicialmente - tudo que existe é particular e os termos gerais surgem da limitação da mente humana e da necessidade de comunicação e construção de conhecimento -, ele desenvolve a seguinte reflexão:

Mesmo nas substâncias, onde as idéias abstratas parecem ser tiradas das próprias coisas, elas não são constantemente iguais; nem mesmo na espécie que nos é mais familiar e a qual conhecemos mais intimamente [o homem]: já houve casos de dúvida quanto à possibilidade de classificar o feto nascido de uma mulher como homem, gerando debates sobre se ele deveria ou não ser nutrido e batizado: o que não poderia

---

<sup>15</sup> “[...] general and universal belong not to the real existence of things; but are the inventions and creatures of the understanding, made by it for its own use, and concern only signs, whether words or ideas.” (E 3, 3, 11)

ocorrer, se a idéia abstrata ou a essência à qual o nome homem pertencesse fosse obra da natureza. (E 3, 3, 14)<sup>16</sup>

Substância, para Locke, é o substrato ou suporte de inerência dos modos<sup>17</sup>, por exemplo, o homem. Nesse trecho do capítulo III e, mais detalhadamente, no capítulo VI (Dos nomes das substâncias), Locke destaca o fato de que o significado dos nomes das substâncias pode se mostrar diferente para pessoas diferentes. Há divergência quanto a quais seres individuais consideramos que fazem parte da espécie homem, por exemplo. Imagine um homem adulto “A” amigo de um outro homem adulto “B”, ambos vivendo na Grécia antiga. O grego “A” não considera que o filho recém-nascido de seu amigo possa ser classificado como homem, pois este teria nascido com algum tipo de deficiência física<sup>18</sup>. O grego “B” tem certeza de que seu filho é um homem, tem o direito à vida, deve ser nutrido e ser reconhecido perante a sociedade. Locke está dizendo, nesse trecho, que divergências como essa - na classificação dos indivíduos em suas espécies - são indícios de que os universais não são obra da natureza, como querem os realistas platônicos. Se a essência do homem nos fosse revelada, seria improvável que:

[...] para um ele seria animal racional, mas, para outro, animal bípede sem penas. Aquele que anexa o nome à ideia complexa, composta de sentido e movimento espontâneo, unida a um corpo de tal forma, possui, portanto, uma essência da espécie homem; e aquele que, após um exame mais aprofundado, acrescenta racionalidade, tem outra essência da espécie que ele chama de homem: assim, um mesmo indivíduo será um homem verdadeiro para um, mas não para o outro. (E 3, 6, 26)<sup>19</sup>

Dessa forma, para Locke, divergências como essa na busca de uma definição para o conceito de homem, indicam a impossibilidade da teoria das ideias de Platão. Não seria possível que a ideia abstrata associada ao termo “homem” se revelasse tão diferente para diferentes homens, se fosse obra da natureza.

---

<sup>16</sup> “Even in substances, where their abstract ideas seem to be taken from the things themselves, they are not constantly the same; no, not in that species which is most familiar to us, and with which we have the most intimate acquaintance: it having been more than once doubted, whether the foetus born of a woman were a man, even so far as that it hath been debated, whether it were or were not to be nourished and baptized: which could not be, if the abstract idea or essence to which the name man belonged were of nature’s making.” (E 3, 3, 14)

<sup>17</sup> Os modos são combinações de ideias simples que não subsistem por si só. Por exemplo, a beleza seria um modo misto (combinação das ideias simples de cor e figura) inerente a uma substância.

<sup>18</sup> Para uma perspectiva mais atual do problema, imagine o caso dos anencéfalos. São bebês que apresentam uma má-formação fetal do cérebro, o que ocasiona uma ausência parcial do encéfalo. Podem nascer sem o córtex cerebral, por exemplo, o que os impossibilita de chegarem à vida adulta e desenvolverem qualquer tipo de pensamento racional.

<sup>19</sup> “[...] to one it should be animal rationale, and to another, animal implume bipes latis unguibus. He that annexes the name to a complex idea, made up of sense and spontaneous motion, joined to a body of such a shape, has thereby one essence of the species man; and he that, upon further examination, adds rationality, has another essence of the species he calls man: by which means the same individual will be a true man to the one which is not so to the other.” (E 3, 6, 26)

Além disso, Locke diz que poucas pessoas apontariam “a figura ereta” como a diferença essencial da espécie humana. Mas destaca que é comum classificarmos os animais nos atendo à forma. Reforça também, nesse capítulo, que já foi debatido, mais de uma vez, se fetos humanos devem ser preservados ou batizados “apenas por causa da diferença de sua configuração externa em relação às crianças comuns, sem considerar se não eram tão capazes de raciocinar quanto bebês moldados em outros formatos” (E 3, 6, 26)<sup>20</sup>. Portanto, nem mesmo a racionalidade é critério absoluto na classificação de um indivíduo como homem.

Faz-se necessário reconhecer que a posição de Locke apresentada aqui está sujeita à seguinte contestação: a dúvida (ou o erro) em relação à classificação dos indivíduos nas espécies não implica que elas não existam. O grego “A”, por exemplo, pode estar errado ao não classificar o filho de seu amigo como humano; ou a definição de homem como animal bípede sem penas pode estar equivocada. Isso não implica, necessariamente, que Platão esteja errado e não exista a ideia perfeita e imutável de homem, representando sua essência. Mesmo assim podemos acrescentar alguns argumentos às observações de Locke para reforçar sua posição. Hoje sabemos que os gregos não tinham em mente os mesmos indivíduos que nós hoje, quando utilizavam o termo “homem” em seu sentido mais amplo. Além da diferença apontada por Locke em relação às definições “animal racional” e “animal bípede sem penas”, podemos acrescentar o conceito utilizado por Aristóteles ao afirmar que o homem é um animal político e que sua natureza o faz ter o domínio da fêmea e do escravo. Ainda segundo o estagirita, o indivíduo fora da polis seria, na verdade, um bicho ou um deus. A essência do homem, portanto, não é a mesma para nós hoje como era no pensamento daquela época. Os casos de crianças selvagens estudados pela antropologia demonstram que temos um conceito de ser humano distinto do de Aristóteles. Dessa forma, segue-se que os gregos antigos não poderiam afirmar que a ideia de “homem” existe no mundo das ideias, se existe um erro na referência do termo “homem” utilizado nessa afirmação<sup>21</sup>. Eles estariam imaginando a existência de uma essência que não inclui indivíduos que nós incluímos hoje, por exemplo. Se existe a ideia eterna e imutável de homem e ela equivale ao que nós hoje conhecemos como ser humano, a ideia a que se referem os gregos antigos ao utilizar o termo “homem”, necessariamente, precisa estar errada. Todas as definições citadas - animal bípede sem penas, animal racional, animal político

<sup>20</sup> “[...] only because of the difference of their outward configuration from the ordinary make of children, without knowing whether they were not as capable of reason as infants cast in another mould.” (E 3, 6, 26)

<sup>21</sup> Utilizamos, aqui, a palavra “referência” no sentido que lhe atribui Frege em seu artigo “Sobre o sentido e a referência” (FREGE, 2011, p. 1). Nesse texto Frege investiga a necessidade de distinção entre os conceitos: sinal, sentido e referência. A referência da palavra (ou sinal) “Sol”, por exemplo, seria a estrela que se situa no centro do nosso sistema solar.

- estão erradas. Ademais podemos considerar a possibilidade de nós hoje estarmos errados e, que no futuro, o conceito de homem abarque mais indivíduos - um feto de poucas semanas, por exemplo. De qualquer forma, o erro - não a dúvida, mas o erro constatado pelo avanço das ciências - revela uma incoerência no assentimento ingênuo da existência, no mundo das ideias, daquela essência pensada de forma equivocada. O realismo platônico restaria, desse modo, prejudicado.

## 2.2 Contra o realismo aristotélico

Para Locke o realismo de Aristóteles faz mais sentido. Ele o aceita em sua versão pura - fazendo algumas ressalvas que se inserem na esteira do convencionalismo<sup>22</sup> -, mas rejeita a versão identificada na tradição escolástica, como veremos. Os argumentos que Locke apresenta sobre essa questão se baseiam em sua bipartição do conceito de essência. Para ele existem as essências reais e as essências nominais.

### 2.2.1 Essências reais e essências nominais

Essência real diz respeito à “real constituição interna das coisas, mas geralmente desconhecida nas substâncias, da qual dependem suas qualidades detectáveis”<sup>23</sup> (E 3, 3, 15). É o que faz algo ser o que é, a suposta estrutura interna das coisas. O DNA, no caso dos seres vivos, seria, para nós hoje, um bom exemplo de essência real. É aquilo que, presente na constituição interna de todo ser vivo, determina as qualidades observáveis (fenótipo) de cada espécie. A molécula de DNA era desconhecida na época de Locke, o que corrobora a observação “mas geralmente desconhecida nas substâncias”, citada na definição.

Essência nominal refere-se à constituição artificial dos gêneros e espécies, ou seja, são as ideias abstratas. Locke sustenta que, apesar de geralmente se supor uma real constituição dos grupos de coisas, é evidente que as ideias abstratas é que são a essência desses grupos: “as

---

<sup>22</sup> O convencionalismo defende que os termos gerais surgem da convenção entre os homens. É, dessa forma, incompatível com o realismo.

<sup>23</sup> “And thus the real internal, but generally (in substances) unknown constitution of things, whereon their discoverable qualities depend, may be called their essence.” (E 3, 3, 15)

ideias abstratas são as essências dos gêneros e da espécie”<sup>24</sup> (E 3, 3, 12). Diz também que as essências nominais são trabalho do entendimento, isto é, existem apenas na mente humana: “As essências dos tipos de coisas e, conseqüentemente, a classificação das coisas, é o trabalho do entendimento que abstrai e gera essas idéias gerais”<sup>25</sup> (E 3, 3, 12).

Abordando essa perspectiva, reforça Newton em seu artigo:

Locke admite a possibilidade de que as espécies naturais podem existir. Apesar de parecer um tanto quanto cético em relação a essa possibilidade, não força esse ceticismo. O argumento aqui é: mesmo que existam espécies naturais, nossas classificações não as descrevem com precisão. (NEWTON, 2014, p. 112)

Portanto, mesmo que exista uma essência real para cada espécie, nós geralmente não as utilizamos em nosso sistema de classificação. O DNA só foi descoberto recentemente, mesmo assim nós classificamos as espécies de seres vivos desde sempre - segundo Locke, com base nas ideias abstratas, ou seja, com base em sua essência nominal.

Locke analisa, ainda, esses dois tipos de essência (real e nominal) em relação às ideias e modos simples e também em relação às substâncias<sup>26</sup>. Nas espécies das ideias e modos simples, essas duas essências sempre coincidem: “Uma figura que limita um espaço entre três linhas é a essência real e nominal de um triângulo; sendo não apenas a idéia abstrata à qual o nome geral está anexado, mas a própria essência ou o ser da coisa em si”<sup>27</sup> (E 3, 3, 18). Nas substâncias, entretanto, essas duas essências são bem diferentes: “Mas o oposto ocorre no que diz respeito à parcela de matéria que constitui o anel no meu dedo; na qual essas duas essências são aparentemente diferentes.”<sup>28</sup> (E 3, 3, 18). Ocorre que, geralmente, não temos ideia da real constituição das partes insensíveis das coisas. No caso do material do anel, a cor, o peso e a dureza é que o torna ouro, ou lhe dá o direito a esse nome, que é sua essência nominal. Trazendo

<sup>24</sup> “Abstract ideas are the essences of genera and species.” (E 3, 3, 12)

<sup>25</sup> “The essences of the sorts of things, and, consequently, the sorting of things, is the workmanship of the understanding that abstracts and makes those general ideas” (E 3, 3, 12)

<sup>26</sup> Ideias simples são as percebidas passivamente pelos sentidos: cor, cheiro, gosto, figura, movimento, tamanho, extensão, número, prazer, dor, etc. Ideias complexas são formadas pela mente ao comparar, combinar e abstrair as ideias simples. Dividem-se em modos, substâncias e relações. Modos são combinações de ideias simples que não subsistem por si só, ou seja, dependem das substâncias. Dividem-se em simples e complexos. Os modos simples são combinações ou variações de um mesmo tipo de ideias simples: uma dúzia é um grupo de doze unidades. Os modos complexos são compostos por ideias simples diferentes: beleza é uma combinação de cor e figura. Substâncias são o substrato ou suporte de inerência dos modos. Relação é o resultado da comparação e reflexão entre ideias.

<sup>27</sup> “A figure including a space between three lines, is the real as well as nominal essence of a triangle; it being not only the abstract idea to which the general name is annexed, but the very essentia or being of the thing itself.” (E 3, 3, 18)

<sup>28</sup> “But it is far otherwise concerning that parcel of matter which makes the ring on my finger; wherein these two essences are apparently different.” (E 3, 3, 18)



para nós hoje, pensando em termos de estrutura interna das moléculas e dos átomos, podemos considerar que a essência real dessas coisas muito simples coincide com a ideia abstrata que criamos em relação a elas. Um átomo de hidrogênio possui um elétron enquanto um átomo de hélio possui dois e essas estruturas diferentes constituem tanto a essência real quanto a essência nominal desses dois seres.

### 2.2.2 Plausibilidade do realismo aristotélico puro e impossibilidade da versão escolástica

Para Locke a solução de Aristóteles é mais compatível com a realidade do que a de Platão: “Mais racional é a opinião daqueles que consideram que todas as coisas naturais têm uma constituição real, porém desconhecida, de suas partes insensíveis; de onde fluem aquelas qualidades sensíveis que nos servem para distingui-las umas das outras [...]”<sup>29</sup> (E 3, 3, 17). Assim, como vimos, Locke refuta completamente a possibilidade do chamado universal *ante rem* dos platônicos e medievais, mas considera a possibilidade da existência do universal *in re* dos aristotélicos. Contudo é importante destacar que a suposta real constituição das coisas é geralmente desconhecida, provocando os problemas discutidos anteriormente. Dessa forma é inútil supor que as espécies, relacionadas aos termos gerais que utilizamos na linguagem, são previamente dadas pela natureza. Pelo contrário, na maioria dos casos são resultado de convenção, pois utilizamos as essências nominais, as quais podem ser diferentes para pessoas diferentes.

Apesar disso Locke reconhece que as essências têm seu fundamento na similitude das coisas. Ele não nega que “a natureza, na produção das coisas, faz várias delas semelhantes”<sup>30</sup> (E 3, 3, 13). Isso, segundo ele, pode ser facilmente observado nas raças dos animais e em todas as coisas propagadas pela semente. Mas, insiste Locke, “a classificação delas sob nomes é o trabalho do entendimento que se aproveita da semelhança observada entre elas para criar idéias gerais abstratas [...]”<sup>31</sup> (E 3, 3, 13). Assim, mesmo que existam estruturas internas criadas pela natureza, chamadas de essências reais, não são elas que determinam o trabalho humano de classificação dos seres em espécies, que se dá segundo o processo de abstração explicado

---

<sup>29</sup> “More rational opinion is of those who look on all natural things to have a real, but unknown, constitution of their insensible parts; from which flow those sensible qualities which serve us to distinguish them one from another.” (E 3, 3, 17)

<sup>30</sup> “[...] Nature, in the production of things, makes several of them alike.” (E 3, 3, 13)

<sup>31</sup> “[...] the sorting of them under names is the workmanship of the understanding, taking occasion, from the similitude it observes amongst them, to make abstract general ideas.” (E 3, 3, 13)

anteriormente, o qual se baseia nas características externas e, por isso mesmo, está sujeito a erros.

Locke segue dizendo que “as supostas essências reais das substâncias, se diferentes de nossas idéias abstratas, não podem ser as essências das espécies nas quais classificamos as coisas”<sup>32</sup> (E 3, 3, 13). Nesse ponto percebemos como Locke afasta a possibilidade do realismo aristotélico na forma em que foi incorporado pelos escolásticos, como explica Lovatti em seu artigo:

Sua preocupação constante, que é evidente no tratamento da questão complexa da relação entre a essência real e a nominal, é refutar a visão dos escolásticos, de acordo com a qual um conceito universal na mente (*post rem*) reflete o universal presente em todas as coisas como forma substancial (o universal *in re*) (LOVATTI, 2004, p. 3).

Os escolásticos, seguindo Aristóteles, acreditavam no universal presente nas coisas (a alma humana, por exemplo). O que os difere do aristotelismo puro é que, para eles, os universais têm uma existência anterior. Como o homem é uma criatura, a ideia de homem deve existir antes na mente do criador (Deus). E nós somos capazes de captar essas ideias universais, ao nos depararmos com os particulares, porque contamos com algum tipo de auxílio divino (intelecto agente). Por isso, para os escolásticos, o universal na mente reflete o universal nas coisas. Locke não se afasta completamente da possibilidade da existência do universal nas coisas de Aristóteles, como vimos, mas nega que esse universal real possa refletir, necessariamente e em todos os casos, o universal nominal, ou seja, o conceito que temos na mente.

Isso significa que existe a possibilidade de uma coincidência entre as essências reais e nominais, pelo menos para algumas espécies. Mas tal fato ocorreria por acaso, não por necessidade. Nos casos onde a essência real difere da ideia abstrata (essência nominal), o que vale para nós, no trabalho de classificação, é a ideia abstrata, pois é a “entidade” a que temos acesso. A estrutura interna pode estar fora do nosso alcance - como o DNA estava fora do alcance do conhecimento disponível aos empiristas ingleses. Dessa forma os nomes das espécies são contingentes, como também ocorre com os indivíduos considerados pertencentes a determinado grupo. Negros e índios nem sempre foram considerados como pertencentes à espécie humana. Locke está justamente afirmando que nosso processo de classificação é falho. O resultado provavelmente seria outro se tivéssemos acesso às estruturas internas em todos os casos de formação de termos gerais, na identificação de todas as espécies de seres do mundo.

Referindo-se a essa questão, Kuklok examina, em seu artigo, a arbitrariedade na formação das espécies em Locke. Ele cita a chamada “passagem do relógio” (E 3, 6, 39 APUD

---

<sup>32</sup> “And therefore the supposed real essences of substances, if different from our abstract ideas, cannot be the essences of the species we rank things into.” (E 3, 3, 13)

KUKLOK, 2018, p. 3) e afirma que, nesse trecho, Locke mostra “a irrelevância das diferenças internas para as espécies, cujos limites são estabelecidos previamente ao nível de fenômeno” (KUKLOK, 2018, p. 2). Nessa passagem, Locke diz que há relógios com estruturas internas (partes mecânicas) diferentes e, a partir disso, lança uma questão: algumas dessas diferenças (ou todas elas) seriam suficientes para produzir uma diferença específica na mente de um relojoeiro? Ou seja, a estrutura interna das coisas, naqueles casos onde as conhecemos, é o que dá origem às espécies e aos termos gerais? Kuklok diz que, para Locke, mesmo nesses casos, as diferenças internas são irrelevantes. Classificamos as espécies pelas características externas.

Nesse mesmo sentido caminha o comentário de Newton em seu artigo sobre a possibilidade do convencionalismo em Locke. Para esse autor, Locke chama nossa atenção para o fato de que “nossos sistemas de classificação são questões de interesse e convenção humanos e consideram as semelhanças que observamos nas coisas” (NEWTON, 2014, p. 105). Newton vê em Locke uma preocupação em “demonstrar que nossos sistemas atuais de classificação são mal construídos e não espelham as espécies naturais; e isso é verdade independentemente da existência ou não das essências reais” (NEWTON, 2014, p. 105). Ou seja, mesmo que existam estruturas internas semelhantes, nós classificamos os seres em espécies por convenção, observando as características externas. O autor cita também trechos do sexto capítulo do livro três do *Ensaio*:

Locke argumenta que, desde que as essências reais das coisas nunca foram consideradas pela maior parte homens, elas não podem ser a base da classificação (III. vi. 24). Ele então argumenta que, mesmo que tal descoberta fosse feita, seria irrelevante, uma vez que os idiomas, em todos os países, foram estabelecidos muito antes das Ciências (III. vi. 25) (NEWTON, 2014, p. 107).

O argumento de que a linguagem surge antes das ciências é fortíssimo. Os termos gerais fazem parte da linguagem e a linguagem é criada por homens comuns. Esse processo, obviamente, independe das descobertas científicas a respeito da constituição interna das coisas. Logo os universais não refletem, necessariamente, a forma substancial das coisas. O agrupamento de indivíduos em espécies depende, portanto, do acordo entre os homens, o que nos leva ao convencionalismo.

Assim sendo o realismo aristotélico na versão escolástica é satisfatoriamente afastado. Por outro lado, percebemos que Locke não consegue afastar definitivamente o realismo aristotélico puro.

### 2.2.3 Refutação definitiva

No sexto capítulo do terceiro livro do *Ensaio*, Locke menciona o problema das gradações contínuas. Podemos pensar esse problema da seguinte maneira. Ao classificarmos um número determinado de seres diferentes em grupos, se as diferenças se dão por gradações contínuas, a classificação é arbitrária e os grupos se formarão por convenção. As cores são um bom exemplo desse problema. Cada tonalidade é, na verdade, o efeito produzido em nós pela luz oscilando em uma determinada frequência de onda. Em outras palavras, uma cor é uma onda eletromagnética de determinado comprimento, situando-se dentro do espectro visível (de aproximadamente 400 a 750 nanômetros). Como a diferença entre os comprimentos de onda se dá por gradações contínuas, não é possível dizer que o amarelo, por exemplo, é dado pela natureza. Por convenção, chamamos de amarelo as ondas eletromagnéticas de comprimento entre aproximadamente 570 e 590 nm. Ao observarmos um objeto refletindo luz de comprimento 580 nm, por exemplo, a maioria de nós identificaria com facilidade que trata-se de um objeto amarelo, pois esse tom particular de cor está no centro do grupo que recebe esse nome. Mas ao aproximarmos dos limites do grupo, a identificação tende ao impossível. Imagine o comprimento de onda próximo a 590 nm e a dúvida se o objeto é amarelo ou laranja estará posta. E o problema não se resolve se utilizarmos aparelhos cada vez mais precisos para realizar uma medição e indicar a classificação, pois poderemos sempre imaginar uma tal proximidade ao limite do grupo - uma onda de 589,999... nm, por exemplo - que supere a precisão do melhor equipamento que possa ser construído pelo homem. Isso porque o comprimento das ondas varia de forma contínua e não discreta; e a precisão de qualquer máquina nunca será infinita. Por outro lado, no caso de classificação de seres cujas diferenças podem ser pensadas de forma discreta, o problema de identificação de um indivíduo como pertencente a um grupo pode ser eliminado, mas, mesmo assim, a definição dos grupos continua sendo arbitrária e não dada pela natureza, a menos que seja possível observar lacunas (as diferenças ocorrerem em saltos). Enfim, o problema das gradações contínuas pode ser facilmente observado em diversas outras situações do dia-a-dia. Onde termina o rio e começa o mar? Qual é o limite entre a Terra e o espaço?<sup>33</sup> Qual o tamanho mínimo de um corpo celeste para ser classificado como planeta?<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Esses dois primeiros exemplos (rio e mar; Terra e espaço) foram inseridos apenas para ilustrar situações de gradações contínuas muito fáceis de serem observadas. Contudo referem-se ao problema da identificação dos limites dos corpos, o qual será trabalhado no futuro. Nesse TCC, nossa investigação será restrita ao problema da classificação de indivíduos em espécies, como ilustramos nos dois exemplos seguintes.

<sup>34</sup> Plutão, descoberto em 1930, foi considerado um planeta até 2006. Nesse ano, por convenção, deixou de fazer parte desse grupo de indivíduos que abarca Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, etc.

Em que momento exato da gestação um bebê deixa de ser embrião e se torna feto? São inúmeros os casos onde as espécies não são dadas pela natureza e precisamos classificar os indivíduos em grupos<sup>35</sup> que criamos por convenção.

No parágrafo 27 do citado capítulo, Locke faz referência a esse tipo de problema e lança a seguinte pergunta: Em que consiste os limites precisos e imutáveis das espécies? Ele mesmo responde nos seguintes termos:

É óbvio que, se examinarmos, não existe tal coisa feita pela natureza e estabelecida por ela entre os homens. [...] Tão incertas são as fronteiras das espécies de animais para nós, que não temos outras medidas além das idéias complexas colhidas por nós mesmos: e tão longe nós estamos de saber com certeza o que é um homem; ainda que talvez possa ser julgado como estupidez levantar esse tipo de dúvida. E, no entanto, acho que posso dizer que certos limites dessa espécie estão tão longe de serem determinados, e que o número exato de idéias simples que constituem a essência nominal está tão longe de ser estabelecido e perfeitamente conhecido, que muitas dúvidas materiais ainda podem surgir sobre isso. E imagino que nenhuma das definições da palavra homem que já temos, nem das descrições desse tipo de animal, seja tão perfeita e exata que satisfaça uma pessoa inquisitiva e atenciosa; muito menos que obtenha um consentimento geral, e que oriente os homens em todos os lugares, na decisão dos casos e na determinação da vida e da morte, batismo ou não, nas produções que possam ocorrer. (E 3, 6, 27)<sup>36</sup>

Desse conjunto de observações, destacamos a lucidez de Locke em constatar que a compreensão dos limites dos termos gerais não é algo tão simples e direto como normalmente pensamos. Utilizamos o termo “homem” tão frequentemente que imaginamos estarmos totalmente seguros sobre seu significado. Mas, na verdade, o que ocorre é que, como explicamos, o centro dos grupos (das espécies) sempre são fáceis de serem identificados, mas, nas bordas, a dificuldade é imensa. Identificar um homem adulto, com uma aparência que podemos chamar de normal, em uma situação normal do dia-a-dia é tarefa fácil. Mas identificar se um feto, em um determinado momento de seu desenvolvimento no útero, já pode ser considerado um homem - e, portanto, possui os chamados direitos humanos, como a vida -, é um desafio ainda não resolvido pela bioética. Todavia, como a maioria das pessoas se mostram

---

<sup>35</sup> Um dos principais resultados alcançados no desenvolvimento desse TCC foi a constatação de que as espécies (os universais) não são nada mais que grupos de indivíduos. Nos exemplos citados, Plutão era considerado um elemento (ou um objeto, ou um indivíduo) do grupo planeta.

<sup>36</sup> “It is plain, if we examine, there is no such thing made by Nature, and established by her amongst men. [...] So uncertain are the boundaries of species of animals to us, who have no other measures than the complex ideas of our own collecting: and so far are we from certainly knowing what a man is ; though perhaps it will be judged great ignorance to make any doubt about it. And yet I think I may say, that the certain boundaries of that species are so far from being determined, and the precise number of simple ideas which make the nominal essence so far from being settled and perfectly known, that very material doubts may still arise about it. And I imagine none of the definitions of the word man which we yet have, nor descriptions of that sort of animal, are so perfect and exact as to satisfy a considerate inquisitive person; much less to obtain a general consent, and to be that which men would everywhere stick by, in the decision of cases, and determining of life and death, baptism or no baptism, in productions that might happen.” (E 3, 6, 27)

de acordo com a classificação da grande maioria dos indivíduos em seus respectivos grupos, nós conseguimos nos comunicar e gerar conhecimento. Mas, para qualquer espécie complexa, aqueles casos que se situam nas margens, são origem de divergências, desentendimentos e conflitos. O que Locke procura salientar é que identificar os limites dos grupos (ou as fronteiras das espécies) é muito mais difícil do que é normalmente considerado pelo senso comum. Isso, segundo ele, não ocorreria se as espécies existissem no mundo real.

No parágrafo doze, Locke segue nesse sentido e refere-se diretamente ao problema das gradações contínuas, na tentativa de finalmente afastar a possibilidade do realismo como um todo:

[...] em todo o mundo corporal visível, não vemos abismos ou lacunas. Em tudo abaixo de nós, a descida se dá por etapas suaves, e em uma série contínua de coisas, que diferem muito pouco uma das outras. Existem peixes que têm asas e não são estranhos em regiões arejadas; e existem alguns pássaros que habitam a água, cujo sangue é frio como o dos peixes, e sua carne é tão saborosa que os escrupulosos os admitem nas pescarias. Existem animais tão próximos tanto dos pássaros quanto das bestas que estão no meio de ambos: animais anfíbios ligam o terrestre e o aquático; as focas vivem na terra e no mar, e os botos têm o sangue quente e as entranhas de um porco[...] (E 3, 6, 12)<sup>37</sup>.

Contudo existe uma fragilidade na construção desse argumento. Ele não é suficiente para afastar o realismo aristotélico puro, que sugere a possibilidade das essências reais. O problema é que Locke tenta aplicar a hipótese de gradações contínuas ao que chamaremos de “análise horizontal das espécies”, isto é, a análise das diferenças observáveis nas espécies de seres vivos existentes em determinado ponto da história da evolução do nosso planeta. Mas o que esse tipo de análise nos revela, na verdade, é o contrário: é possível pensar, nesse caso, a existência de essências reais dadas pela natureza. Se analisássemos amostras de DNA de cada ser vivo que existe hoje na Terra, poderíamos dizer, com segurança, quais dessas amostras correspondem à espécie humana, isto é, conseguimos distinguir as espécies com base em sua constituição interna. Isso porque há lacunas nas diferenças de DNA das diversas espécies. Na análise horizontal, não se aplica o conceito de gradações contínuas, como imaginava Locke. Isso ocorre porque nem toda a combinação de genes produz seres vivos capazes de sobreviver no planeta Terra em determinado momento. Portanto, as combinações de genes possíveis de

---

<sup>37</sup> “[...] in all the visible corporeal world, we see no chasms or gaps. All quite down from us the descent is by easy steps, and a continued series of things, that in each remove differ very little one from the other. There are fishes that have wings, and are not strangers to the airy region: and there are some birds that are inhabitants of the water, whose blood is cold as fishes, and their flesh so like in taste that the scrupulous are allowed them on fish-days. There are animals so near of kin both to birds and beasts that they are in the middle between both: amphibious animals link the terrestrial and aquatic together; seals live at land and sea, and porpoises have the warm blood and entrails of a hog.” (E 3, 6, 12)

serem encontrados na natureza se aglomeram em torno de padrões identificáveis, com pequenas variações entre os indivíduos de uma mesma espécie. Nesse caso a afirmação anterior de Locke - aquela onde ele faz referência à plausibilidade do realismo aristotélico puro - estaria mais de acordo com a realidade.

Porém é possível desenvolver o raciocínio a partir desse ponto, aplicando o problema das gradações contínuas a outras situações, e, assim, argumentar no sentido de uma refutação definitiva do realismo, incluindo o realismo aristotélico puro.

Podemos partir para o que chamaremos de “análise vertical das espécies”, ou seja, a análise da evolução das espécies no decorrer do tempo, ou análise da árvore filogenética da vida. Segundo a teoria da evolução de Darwin, todas as espécies se originaram de um ancestral comum. A cada geração existe a possibilidade da ocorrência de uma mutação - pequena variação genética aleatória. Segundo essa teoria, cada mutação representa um pequeno passo no longo caminho da evolução. Dessa forma é possível imaginar nossos pais, nossos avós, enfim, uma sequência de indivíduos que são nossos ancestrais, partindo do tempo presente em direção ao passado. Sabemos que o homem e o chimpanzé possuem um ancestral em comum que teria vivido entre 5 e 7 milhões de anos atrás. Chamemos essa espécie de espécie “X”. Então a seguinte pergunta poderia ser lançada: Qual é o indivíduo (ou quais são os indivíduos), na linha de nossos ancestrais, cujo DNA não pode ser considerado humano, mas deve ser considerado da espécie “X”? Aqui temos uma situação de gradação contínua. A teoria da evolução não prevê grandes lacunas entre as diferenças de estruturas de DNA ao longo das gerações. A diferença entre o DNA de uma geração que já poderíamos chamar de humana e a geração imediatamente anterior seria muito menor que a diferença entre o DNA dessa geração e aquele que portamos hoje. Não faz sentido classificarmos essa geração como humana e a anterior como pertencente a uma outra espécie. Além disso, essa análise não precisa ficar restrita às estruturas internas. Qualquer característica que pode nos distinguir dos outros animais, inclusive a racionalidade, deve surgir aos poucos ao longo da evolução.

Outros exemplos contra o realismo podem ser formulados. No cerne do problema do aborto está a dificuldade de identificarmos em que momento do desenvolvimento do feto surge um novo ser que podemos classificar como homem. Aqui também temos uma situação de diferenças por gradações contínuas. O desenvolvimento de uma vida humana é um processo contínuo: zigoto, embrião, feto, recém-nascido, criança, adolescente, adulto, idoso, etc. No zigoto já temos o DNA do novo ser humano que será formado. Mas é apenas uma célula. Se

considerarmos esse momento como o surgimento de um novo homem, surgem vários problemas. O zigoto tem direito à vida? A todo momento ocorrem abortos espontâneos onde esses tipos de células são descartados pelos organismos das mulheres. Precisaríamos realizar funerais? Uma célula humana viva qualquer, digamos, da pele, também possui DNA em sua estrutura interna. Ela também é um homem? Várias outras observações desse tipo poderiam ser feitas. Todos esses casos indicam que o significado do termo geral “homem”, se analisamos o processo de evolução de uma vida individual, também é fruto de convenção. A diferença entre um jovem de dezoito anos e ele mesmo um dia antes de completar essa idade é menor que ele mesmo aos dezoito e aos dezenove anos. Por convenção estabelecemos um limite de idade vinculado a direitos e obrigações civis.

A essência do homem, portanto, não está dada pela natureza assim como a essência do adolescente ou a essência do jovem não existem no mundo senão na mente humana e são derivadas de um processo de convenção. O realismo não se aplica a seres complexos, como é o caso do homem.



## CAPÍTULO 3 - A SOLUÇÃO DE HUME

Hume, na seção 7 da parte 1 do primeiro livro de seu *Tratado da natureza humana*, trata das questões relacionadas às ideias abstratas. Sua posição contra o realismo fica evidente quando declara: “É um princípio geralmente aceito na filosofia, que tudo na natureza é individual”<sup>38</sup> (T 1,1,7,6)<sup>39</sup>. Temos aqui a afirmação do chamado princípio da metafísica nominalista, analisado, em relação a Locke, no capítulo anterior. Já mostramos que, no sistema de Locke, esse princípio não se aplica à capacidade de representação das ideias. Cada ideia abstrata, por si só, refere-se a vários particulares, ou seja, representa vários indivíduos, o que torna Locke um conceitualista, visto que tanto o termo geral quanto o conceito na mente são universais. Mas, no sistema de Hume, veremos que a capacidade de representação de qualquer ideia, se considerada separadamente, estará sempre limitada a um único ser ou objeto individual. Isso ocorre até mesmo no caso das ideias gerais. A cognoscibilidade dos universais só se torna possível com o auxílio de um mecanismo externo às ideias e que se vincula diretamente ao termo geral. Nesse modelo, apenas o termo geral (o nome da espécie) pode ser dito universal, justamente por estar ligado a várias ideias particulares. Por isso Hume é geralmente classificado na corrente nominalista.

Ademais, apesar de declarar explicitamente que tudo que existe é individual, Hume, ao contrário de Locke, não se dispõe a provar essa tese, isto é, não apresenta argumentos contra o realismo platônico nem contra o realismo aristotélico. Limita-se a dizer que segue a tradição por se tratar de um princípio geralmente aceito, como destacado no trecho citado. Aliás, desde o início da seção 7, Hume concentra todos os seus esforços apenas na elaboração de uma alternativa ao modelo de abstração apresentado por Locke. Somos levados a inferir, portanto, que Hume aceita como suficientes as críticas ao realismo elaboradas por seu antecessor.

### 3.1 Contra as ideias abstratas de Locke

---

<sup>38</sup> 'tis a principle generally receiv'd in philosophy, that every thing in nature is individual. (T 1,1,7,6)

<sup>39</sup> Para a obra *Tratado da natureza humana* de David Hume, utilizaremos o sistema de citações da edição Norton e Norton, a saber, a letra “T” identificando a obra, seguida de números indicando respectivamente livro, parte, seção e parágrafo.

Antes de construir sua proposta de solução para o problema dos universais, Hume apresenta alguns argumentos no sentido de destruir a solução de Locke. Contudo tanto as críticas ao sistema de seu antecessor quanto a elaboração do seu próprio sistema possuem pontos frágeis. Apesar disso sua proposta introduz elementos muito importantes e que podem ser usados no sentido de estruturar uma crítica robusta ao essencialismo em geral.

A parte central da teoria das ideias abstratas de Locke é rejeitada de forma decisiva. Enquanto Locke se posiciona na corrente conceitualista, Hume segue Berkeley ao defender uma solução nominalista. Logo no primeiro parágrafo da seção 7, ele manifesta sua opinião acerca do que ele mesmo chama de uma das maiores e mais valiosas descobertas na república das letras:

Uma questão muito importante tem sido posta em relação às ideias abstratas ou gerais: se elas são concebidas pela mente como gerais ou particulares. Um grande filósofo contestou a opinião tradicional neste particular e afirmou que todas as ideias gerais não passam de ideias particulares anexadas a um certo termo, o qual lhes dá um significado mais extenso e, em certos casos, faz com que elas lembrem outros indivíduos similares.<sup>40</sup> (T 1,1,7,1).

O “grande filósofo” seria Berkeley e a “opinião tradicional”, nesse caso, seria aquela defendida por Locke. Hume opta por denominar ideias gerais aquilo que Locke designava ideias abstratas, pois argumentará justamente contra a possibilidade da abstração, como detalharemos na próxima seção. Sob esse ponto de vista, as ideias gerais seriam nada mais que ideias particulares vinculadas a um termo geral, sendo essa relação suficiente para fazer com que o termo geral se aplique a vários particulares. A ideia abstrata de Locke é também uma ideia particular. A diferença é que, para Locke, uma ideia abstrata representa diretamente vários seres individuais, pois contém apenas as características que são comuns a todos eles. Para Hume isso não é possível. Cada ideia, mesmo uma ideia geral, só pode representar diretamente um único ser individual e contém todas as características que lhe são peculiares. Isso ocorre porque, ao optar por manter-se fiel ao princípio da cópia<sup>41</sup>, Hume só consegue conceber uma ideia

---

<sup>40</sup> “A very material question has been started concerning abstract or general ideas, whether they be general or particular in the mind’s conception of them. A great philosopher has disputed the receiv’d opinion in this particular, and has asserted, that all general ideas are nothing but particular ones, annexed to a certain term, which gives them a more extensive signification, and makes them recall upon occasion other individuals, which are similar to them.” (T 1,1,7,1)

<sup>41</sup> O princípio da cópia de Hume diz que “toda ideia simples tem uma impressão simples à qual se assemelha; e toda impressão simples, uma ideia simples correspondente” (T 1,1,1,6). “every simple idea has a simple impression, which resembles it; and every simple impression a correspondent idea.” (T 1,1,1,6). O processo pelo qual são formadas as ideias simples é descrito da seguinte maneira: “Uma impressão primeiramente atinge os sentidos e nos faz perceber o quente ou o frio, [...]. Desta impressão há uma cópia obtida pela mente, a qual permanece depois que a impressão termina; e a isto nós chamamos ideia”. (T 1,1,2,1) “An impression first strikes

qualquer, mesmo que se trate de uma ideia geral, de modo que ela possua uma relação direta com as impressões das quais se originou. Para ele, a mente seria incapaz de formar uma ideia geral de homem, por exemplo, sem registrar a altura exata, a cor da pele e todas as outras características inerentes a um homem particular.

Ao abordar o problema da abstração, Hume inicia sua crítica à opinião tradicional da seguinte maneira: “A ideia abstrata de um homem representa homens de diferentes tamanhos e de todas as qualidades; do que se conclui que ela não pode fazê-lo, a não ser que ou represente de uma só vez todos os tamanhos possíveis e todas as qualidades possíveis, ou não represente nenhum em particular.”<sup>42</sup> (T 1,1,7,2). Ele reconhece que, devido às limitações de nossa mente finita, a primeira opção foi corretamente descartada. Mas considera um erro o fato de a segunda ter sido aceita pela tradição. Hume justifica sua crítica com a seguinte afirmação: “é totalmente impossível conceber qualquer quantidade ou qualidade sem formar uma noção precisa de seus graus”<sup>43</sup> (T 1,1,7,2). Contudo essa justificativa é questionável. Hume parece confundir duas situações distintas: a) não possuir uma determinada característica; b) possuir uma característica, mas sem determinar um valor específico para ela. No caso do homem, por exemplo, confunde a possibilidade de não considerar a característica altura na ideia geral com o fato de ser impossível conceber uma altura qualquer sem formar uma noção precisa de seu grau. Sabemos que o autor não admite a possibilidade de que a ideia geral não tenha a característica altura, como é o caso da proposta de Locke. No entanto a justificativa que embasa sua crítica não se aplica ao modelo de Locke. Somente se aplicaria se Locke tivesse dito algo como: a ideia abstrata de homem possui a característica altura, mas sem determinar um valor específico para ela. Mas isso, certamente, não vem a ser o caso. É importante ressaltar que consideramos uma falha de Locke propor que o processo de abstração remove, das ideias particulares, as características que não coincidem nos indivíduos. Um modelo melhor pode ser pensado ao considerar que todas as características permanecem disponíveis para serem utilizadas na classificação. Mesmo assim, Hume parece não ter feito sua crítica baseando-se em um argumento que pudesse ser considerado lógico.

---

upon the senses, and makes us perceive heat or cold, [...]. Of this impression there is a copy taken by the mind, which remains after the impression ceases; and this we call an idea." (T 1,1,2,1)

<sup>42</sup> “The abstract idea of a man represents men of all sizes and all qualities; which ’tis concluded it cannot do, but either by representing at once all possible sizes and all possible qualities, or by representing no particular one at all.” (T 1,1,7,2)

<sup>43</sup> “[...] ’tis utterly impossible to conceive any quantity or quality, without forming a precise notion of its degrees” (T 1,1,7,2)

Outro ponto frágil pode ser observado no exemplo que o autor expõe em seguida. Para Hume, “o tamanho preciso de uma linha não é diferente nem distinguível da linha em si”<sup>44</sup> (T 1,1,7,3). Isso está correto se consideramos que o que está sendo citado é uma linha específica, isto é, um indivíduo da espécie linha. Mas a conclusão que Hume deriva daí é questionável: “a ideia geral de uma linha, apesar de todas as nossas abstrações e refinamentos, aparece na mente com um grau preciso de quantidade e qualidade.”<sup>45</sup> (T 1,1,7,3). Primeiramente podemos destacar o uso do artigo indefinido “uma”, que se encontra na frase “a ideia geral de uma linha”, enquanto o mais apropriado seria “a ideia geral de linha”. Isso pode servir para ilustrar a dificuldade de Hume em desvincular a ideia geral de um particular específico. Mas, independentemente disso, não é prudente concluir que a ideia geral de linha tenha um grau preciso de tamanho, simplesmente porque as ideias das linhas particulares têm, cada uma, seu tamanho fixo determinado. É perfeitamente possível imaginar uma linha em abstrato sem imaginar um tamanho determinado. Ao mencionar a palavra “linha”, alguns podem conceber na mente uma linha branca finita traçada sobre um fundo preto, por exemplo. Mas qual seria o tamanho dessa linha? Como não há outros objetos na imagem produzida pela mente, não há como comparar essa linha para determinar a ela uma medida. Como no caso da ideia abstrata de triângulo, a ideia geral de linha também não possui a característica ou a propriedade “tamanho” em sua essência (em sua regra de formação). Uma linha pode ser definida como a menor distância entre dois pontos, estejam esses pontos tão distantes quanto se queira.

De qualquer forma, Hume, nesse ponto, limita-se a afirmar o seguinte:

Como é impossível formar uma ideia de um objeto, que possui quantidade e qualidade, sem possuir nenhum grau preciso de ambos; segue que há uma igual impossibilidade em se formar uma ideia que não seja limitada e confinada nesses dois quesitos. Ideias abstratas são, portanto, individuais nelas mesmas, podendo se tornar, contudo, gerais em sua representação.<sup>46</sup> (T 1,1,7,6)

Todavia percebe-se claramente, nesse trecho, que a conclusão não deriva da premissa. O fato de não ser possível formar uma ideia particular de um objeto particular, que se apresenta aos sentidos, sem que essa ideia particular possua, por exemplo, uma extensão determinada,

---

<sup>44</sup> "the precise length of a line is not different nor distinguishable from the line itself" (T 1,1,7,3)

<sup>45</sup> "the general idea of a line, notwithstanding all our abstractions and refinements, has in its appearance in the mind a precise degree of quantity and quality" (T 1,1,7,3)

<sup>46</sup> "Now as 'tis impossible to form an idea of an object, that is possest of quantity and quality, and yet is possest of no precise degree of either; it follows, that there is an equal impossibility of forming an idea, that is not limited and confin'd in both these particulars. Abstract ideas are therefore in themselves individual, however they may become general in their representation." (T 1,1,7,6)

não implica que seja impossível formar uma ideia geral sem uma extensão determinada. Já exemplificamos como isso é possível no exemplo da linha branca imaginada sobre um fundo preto. A extensão, nesse caso, é totalmente indeterminada. Dessa forma não é possível concluir que as ideias abstratas, necessariamente, sejam individuais nelas mesmas, como pretende Hume. E mesmo considerando que a ideia de linha seja construída a partir dos sentidos, como sustentam os empiristas, nada impede que, durante o processo de abstração, nós desconsideremos a característica “tamanho” na formulação da sua respectiva regra de formação. Pelo menos não encontramos no texto de Hume argumentos fortes no sentido dessa impossibilidade.

De qualquer forma, após essas críticas iniciais ao modelo de Locke, Hume apresenta a estrutura que será capaz de fazer com que os termos gerais se vinculem a vários particulares. Como, para o autor, a ideia geral só pode ser a ideia de um indivíduo determinado, faz-se necessário incluir no sistema algo que adicione a capacidade de generalização:

Quando encontramos uma semelhança entre vários objetos, que muitas vezes ocorrem a nós, aplicamos o mesmo nome a todos eles, quaisquer que sejam as diferenças que possamos observar em seus graus de quantidade e qualidade, e quaisquer que sejam as outras diferenças que possam surgir entre eles. Depois de adquirirmos um costume desse tipo, ouvir esse nome faz reviver a ideia de um desses objetos e faz com que a imaginação o conceba com todas as suas circunstâncias e proporções particulares. Mas como se supõe que a mesma palavra tenha sido freqüentemente aplicada a outros indivíduos, que são diferentes em muitos aspectos daquela idéia que está imediatamente presente à mente; a palavra, não sendo capaz de reviver a ideia de todos esses indivíduos, apenas toca a alma, se me é permitido assim dizê-lo, e faz reviver aquele costume, que tínhamos adquirido ao examiná-los<sup>47</sup> (T 1,1,7,7).

Dessa forma, segundo esse modelo, atribuímos um termo geral a seres individuais semelhantes. A menção do nome desperta a ideia de apenas um deles. Essa ideia contém, claro, todas as suas características particulares. Nesse momento, de alguma forma, a mente percebe que outros seres também estão ligados a esse mesmo termo geral, mas não recupera a ideia particular de cada um deles. Em vez disso, o termo geral apenas “toca a alma” e desperta o que Hume chama de “costume”, isto é, o processo que será capaz de “produzir qualquer outra ideia

---

<sup>47</sup> “When we have found a resemblance among several objects, that often occur to us, we apply the same name to all of them, whatever differences we may observe in the degrees of their quantity and quality, and whatever other differences may appear among them. After we have acquired a custom of this kind, the hearing of that name revives the idea of one of these objects, and makes the imagination conceive it with all its particular circumstances and proportions. But as the same word is suppos’d to have been frequently applied to other individuals, that are different in many respects from that idea, which is immediately present to the mind; the word not being able to revive the idea of all these individuals, only touches the soul, if I may be allow’d so to speak, and revives that custom, which we have acquir’d by surveying them.” (T 1,1,7,7)

individual que se faça necessária”<sup>48</sup> (T 1,1,7,7). A ligação entre o termo geral e os particulares não é feita, portanto, pela ideia geral. Essa capacidade da mente deve-se a algo externo às próprias ideias: o costume. Uma ideia geral é apenas uma das ideias particulares dos indivíduos que fazem parte daquela espécie. Como todas as propriedades dos indivíduos estão presentes na ideia geral, todas elas podem ser consideradas na formação do que chamamos de essência da espécie. Essa característica peculiar do sistema de Hume faz com que ele possa ser encarado como uma oposição do essencialismo - corrente amplamente aceita pela metafísica tradicional. Apesar de Hume não abordar explicitamente essa questão, seu modelo se distancia da ideia de que apenas algumas propriedades dos indivíduos são essenciais na formação das espécies. Essa relação será explorada em uma seção à parte.

O modelo de Hume conta ainda com um sistema de correção de erros. Se, por acaso, a menção de um termo desperta uma ideia particular que não concorda com o raciocínio que está sendo formado, o costume sugere imediatamente uma outra ideia particular (T 1,1,7,8). Por exemplo, se ao dizer “triângulo” formamos a ideia de um triângulo equilátero e somos tentados a afirmar que sempre “os três lados de um triângulo são iguais entre si, os outros casos individuais de triângulos escalenos e isósceles, que a princípio negligenciamos, imediatamente se amontoam perante nós”<sup>49</sup> (T 1,1,7,8). Com esse exemplo, Hume explica que a vinculação de uma única ideia particular a um termo geral, com exceção de raros casos em que cometemos erro, não impede que esse termo se aplique a todas as subespécies a serem classificadas abaixo dessa espécie principal. A espécie principal, nesse caso, triângulo possui as subespécies: equilátero, isósceles e escaleno. Associar a ideia de uma subespécie (triângulo equilátero) ao termo geral “triângulo” poderia resultar em erro, isto é, poderia limitar a abrangência desse termo geral. Daí a necessidade desse sistema de correção de erros. Para Hume, portanto, todas as ideias que podem ser vinculadas ao termo geral estão de certa forma disponíveis para serem utilizadas e a mente é capaz de recuperá-las sempre que necessário.

Com isso, Hume conclui que “se as ideias são particulares em sua natureza e, ao mesmo tempo, finitas em seu número, é apenas pelo costume que elas podem se tornar gerais em sua representação e conter um número infinito de outras ideias sob elas.”<sup>50</sup> (T 1,1,7,16). A solução é direcionada, portanto, para algo externo às ideias, ou seja, a explicação para o que imaginamos

---

<sup>48</sup> “[...] that custom produces any other individual one, for which we may have occasion.” (T 1,1,7,7)

<sup>49</sup> “[...] the three angles of a triangle are equal to each other, the other individuals of a scalenum and isocetes, which we overlook’d at first, immediately crowd in upon us [...]” (T 1,1,7,8)

<sup>50</sup> “If ideas be particular in their nature, and at the same time finite in their number, ’tis only by custom they can become general in their representation, and contain an infinite number of other ideas under them.” (T 1,1,7,16)

se tratar de pura abstração está, na verdade, em um mecanismo misterioso ao qual Hume dá o nome de costume. Esse mecanismo é ainda descrito como uma faculdade mágica e inexplicável da alma: "[...] aquelas ideias, que são então reunidas por um tipo de faculdade mágica na alma [...] inexplicável apesar de todos os esforços do entendimento humano." (T 1,1,7,15). A solução de Hume depende, portanto, de algo que ele mesmo situa no domínio do inexplicável.

### 3.2 Motivo da rejeição das ideias abstratas

Dentro do contexto que estamos explorando nesse artigo, podemos dizer que a principal diferença entre Hume e Locke é quanto ao processo de abstração. As razões pelas quais Hume se afasta de Locke nesse ponto são o tema do artigo de George S. Pappas. Para esse autor, Berkeley e Hume rejeitam as ideias abstratas para que seja possível sustentar as partes centrais de seus sistemas filosóficos: O conceito de "ser é ser percebido" de Berkeley e a "teoria da cópia" de Hume.

Pappas explica o seguinte:

O tipo de idealismo que Berkeley defende se sustenta ou desmorona dependendo do sucesso de seu ataque às ideias abstratas gerais, e a crítica de Hume à divisibilidade infinita no que se refere a espaço e tempo, juntamente com sua crítica destrutiva a várias noções metafísicas, dependem crucialmente do sucesso da negação das ideias abstratas gerais (PAPPAS, 1989, p. 339).<sup>51</sup>

Considerando a abstração de Locke como algo possível, o sistema de Berkeley falharia, pois ele mesmo considera, como exemplo máximo de abstração, a possibilidade de pensar como existente algo fora do alcance dos sentidos. Nesse sentido, se a abstração é possível, é possível pensar a existência de seres que não podem ser percebidos e isso vai contra, obviamente, as bases sobre as quais construiu sua filosofia.

O sistema de Hume falharia porque, para ele, nem mesmo as noções de espaço e tempo são abstraídas. O espaço e o tempo não são infinitamente divisíveis já que as ideias que temos sobre eles não podem ser infinitamente divisíveis. Considerando que, para Hume, as ideias são cópias das impressões, Pappas argumenta que, se a abstração existe, conseguimos realizar, por

---

<sup>51</sup> "Berkeley's defense of a kind of idealism stands or falls with the success of his attack on abstract general ideas, and Hume's critique of infinite divisibility in matters pertaining to space and time, along with his destructive critique of various metaphysical notions, crucially depends on the successful denial of abstract general ideas." (PAPPAS, 1989, p. 339)

exemplo, operações do tipo: separar a cor vermelha de um ponto circular vermelho que estamos observando. Se isso for possível, teremos a ideia de forma circular sem nenhuma cor associada. Essa ideia seria abstrata e “não haveria nenhuma impressão correspondente, pois não existem impressões de formas sem cor” (PAPPAS, 1989, p. 348), o que negaria o princípio da cópia defendido por Hume. Se o princípio da cópia falha, também falha a explicação de Hume para a natureza do espaço e do tempo.

### 3.3 Distinção de razão

No final de sua explanação acerca das ideias gerais, Hume discorre sobre uma questão ligada ao problema da abstração, a qual ele denomina “distinção de razão”. A dificuldade investigada, aqui, diz respeito a serem ou não distinguíveis e separáveis entidades como: figura e corpo figurado, movimento e corpo movido - e, conseqüentemente, suas respectivas ideias. Hume afirma que “se a figura for diferente do corpo, suas ideias deverão ser separáveis e distinguíveis.”<sup>52</sup> (T 1,1,7,17). Mas, para o filósofo, coisas como figura e corpo figurado “não são distinguíveis, nem diferentes, nem separáveis.”<sup>53</sup> (T 1,1,7,18). Conclui, a partir daí, que a mente só consegue produzir algum tipo de distinção entre as diversas características de um objeto por ter a capacidade de observar semelhanças e relações diferentes entre os vários objetos com os quais se depara. O exemplo que ele apresenta é bem interessante. Hume elabora um experimento mental usando três objetos diferentes: um globo de mármore branco, um globo de mármore negro e um cubo de mármore branco. O objetivo é claro: tentar explicar o fenômeno da abstração, sem que seja necessário negar a impossibilidade de separação entre características distintas de um mesmo corpo - como forma e cor, nesse caso. O autor afirma que quando visualizamos o globo de mármore branco, não conseguimos distinguir a cor da forma, ou seja, se a impressão que afeta nossos sentidos é de uma cor branca em uma superfície esférica, a ideia que surge na mente, a partir dessa impressão, contém tanto a cor quanto a forma. Mas se, em seguida, observamos o globo de mármore negro e o cubo de mármore branco, a mente consegue, de algum modo, enxergar duas semelhanças separadas com o primeiro objeto. Hume afirma que “após um pouco mais de prática desse tipo, nós começamos a distinguir a figura da

---

<sup>52</sup> “if the figure be different from the body, their ideas must be separable as well as distinguishable.” (T 1,1,7,17)

<sup>53</sup> “[...] neither distinguishable, nor different, nor separable.” (T 1,1,7,18)



cor mediante uma distinção de razão”<sup>54</sup> (T 1,1,7,18). Assim nós sempre consideramos a cor e a forma juntas, já que são indistinguíveis, mas as vemos sob diferentes aspectos. Quando queremos considerar apenas a forma do globo de mármore branco, por exemplo, “formamos, na realidade, uma ideia tanto da figura quanto da cor, mas tacitamente dirigimos nossa atenção para sua semelhança com o globo de mármore negro.”<sup>55</sup> (T 1,1,7,18). A figura esférica, que é comum nos dois objetos, se destaca e se torna distinguível. O cubo branco, por outro lado, nos permitiria considerar a cor independentemente da forma.

É interessante notar que Hume só consegue descrever esse processo recorrendo a palavras como: “prática”, “tacitamente” e “costume”. Isso acaba evidenciando uma limitação muito importante de seu modelo quanto à capacidade de explicação do fenômeno em análise. Ao propor que com a prática - ou que por intermédio de um certo costume - a mente torna-se capaz de distinguir algo indistinguível por princípio, o autor se exime de apresentar qualquer tipo de explicação para o ponto central do fenômeno: Como a mente é capaz de tal feito? Como seria possível identificar a semelhança existente entre os globos branco e negro, sem ser possível focar a atenção, desde o início, apenas na forma? Enfim, Hume parece negar a capacidade da mente de considerar separadamente as várias características observáveis nos seres (cor, forma, tamanho, etc) para se manter fiel ao princípio da cópia. A rejeição da abstração parece ter impedido que ele percebesse os fenômenos de uma forma mais nítida e pudesse produzir um modelo mais razoável.

Ainda assim, o experimento mental que o autor nos apresenta nesse trecho é muitíssimo interessante e pode servir como inspiração para pensarmos a questão da essência, como faremos a seguir.

### 3.4 Contra o essencialismo

Enquanto o modelo de Locke admite a possibilidade do essencialismo - pelo menos na versão adotada pelo realismo aristotélico -, o modelo de Hume o afasta totalmente. Se as ideias gerais são apenas ideias particulares que carregam em si todas as propriedades e graus bem

---

<sup>54</sup> “After a little more practice of this kind, we begin to distinguish the figure from the colour by a distinction of reason.” (T 1,1,7,18)

<sup>55</sup> “we form in reality an idea both of the figure and colour, but tacitly carry our eye to its resemblance with the globe of black marble” (T 1,1,7,18)

definidos dos seres particulares que representam, não existe um conjunto mínimo de propriedades que possa ser destacado como essenciais à espécie. Sempre que um novo indivíduo é apresentado aos sentidos, a mente identifica as semelhanças existentes entre a ideia particular desse indivíduo e as outras ideias já armazenadas e associadas aos termos gerais. Nesse processo, todas as propriedades estão disponíveis para serem comparadas. No sistema de Locke, apenas as propriedades que são comuns aos vários indivíduos são persistidas na ideia abstrata. Essas poucas propriedades que vão restando ao longo do processo formam a essência da espécie. A rejeição de Hume quanto a essa possibilidade é absoluta.

Além disso é possível avançar no pensamento de Hume e criar um outro argumento contra os essencialismos transcendente (Platão) e imanente (Aristóteles). Para isso, precisamos usar, como ponto de partida, o experimento mental que o autor apresenta na discussão sobre a distinção de razão. Aliás um dos aspectos mais fascinantes da filosofia é a possibilidade de buscar inspiração nos textos dos grandes autores, mesmo que se discorde, no todo ou em parte, daquilo que foi dito. Nesse caso, alteremos um pouco o experimento mental no qual Hume utiliza um globo de mármore branco. Imaginemos quatro objetos: duas esferas e dois cubos, todos brancos. Se pedirmos para que alguém separe mentalmente esses quatro objetos em dois grupos, muito provavelmente essa pessoa criará um grupo que chamaremos de “A”, contendo as duas esferas, e outro grupo que chamaremos de “B”, com os dois cubos. Temos, de início, duas espécies de seres, sendo que a essência da espécie “A”, ou seja, aquilo que responde à questão “o que é?” em relação a cada uma das esferas brancas, é possuir a forma esférica. Do mesmo modo, a essência de “B” é a forma cúbica. Contudo, se acrescentarmos, agora, duas esferas e dois cubos, todos pretos, podemos facilmente imaginar que passamos a ter duas possibilidades de agrupamento dos oito objetos: objetos esféricos e cúbicos, ou objetos brancos e pretos. Se agruparmos pelo critério da cor, agora teremos, por exemplo, a espécie “A” com os objetos brancos e a espécie “B” com os pretos. A essência de “A”, agora, é possuir a cor branca. Com isso a resposta à questão “o que é?” em relação às esferas brancas passaria a ser, nesse caso, possuir a cor branca, e não mais a forma esférica. Com isso mostramos que a essência dos seres não necessariamente existe de forma fixa e pré-determinada nos seres em si, mas depende dos outros seres que existem ao seu redor e da forma que desejamos agrupar as coisas do mundo.

Assim, quando criamos grupos de indivíduos e lhe atribuímos um nome, um termo geral, sua essência depende dos indivíduos que desejamos que fiquem de fora do grupo. É o que aconteceu com o termo geral “homem”, como já discutimos nesse trabalho. Sua essência mudou

no decorrer da história. Essa abordagem afasta a possibilidade de considerarmos que a essência de todas as espécies podem ser encontradas nos próprios indivíduos que delas fazem parte, ou seja, tanto o essencialismo transcendente quanto o imanente ficam prejudicados. Se os argumentos que apresentamos até aqui são razoáveis, apenas o essencialismo presente na proposta de ideias abstratas de Locke (conceitualismo) pode ainda ser considerado como possível, pelo menos em alguns casos. Se a essência não está nas coisas, muito menos faz sentido que exista antes delas, para Locke é possível que tenhamos na mente a consolidação das propriedades essenciais de uma espécie. Esse modelo é compatível com o experimento mental que apresentamos acima. Nada impede que criemos grupos de objetos estabelecendo determinadas propriedades como essenciais. A abstração de Locke, porém, parece não se aplicar às espécies complexas, como o homem. Seria preciso desenvolver novas pesquisas - talvez levando em conta as bases propostas por esses dois autores - no sentido de encontrar um novo modelo que melhor explicasse os universais de uma forma mais abrangente.

## CAPÍTULO 4 - PESQUISAS ATUAIS

Os empiristas ingleses, como vimos, ao examinarem o mecanismo de formação das ideias abstratas (ou ideias gerais) como um componente fundamental da teoria do conhecimento, contribuíram com avanços significativos na busca de uma solução para o problema dos universais. A partir de suas considerações, várias linhas de pesquisa se abriram e trabalhos nesse sentido são desenvolvidos até hoje.

Em um artigo publicado em 2012, Laurence e Margolis afirmaram que os empiristas acertaram ao propor a abstração como explicação para as ideias gerais: “[...] a abstração pode explicar a aquisição de uma ampla variedade de diferentes tipos de representações gerais.” (LAURENCE; MARGOLIS, 2012, p. 20). Contudo, segundo esses autores, os empiristas erraram ao tentar explicar o processo de abstração. Os empiristas teriam se baseado apenas na introspecção, pois não tinham condições, como temos hoje, de entrarem nos detalhes dos processos psicológicos. Outro equívoco apontado seria a incompatibilidade, sustentada pelos empiristas, entre a abstração e as ideias inatas. A partir dessa crítica, Laurence e Margolis propõem uma solução que leva em consideração os avanços científicos nas áreas da linguística e da psicologia. Sugerem que uma estrutura neo-quineana poderia explicar o processo psicológico da abstração. Contudo, essa solução exige que algumas representações gerais sejam inatas.

Em 2005, Collier publica um artigo no qual aponta os avanços no debate contemporâneo em relação às ideias abstratas, dentro do contexto das ciências cognitivas. Ele ressalta que existem, atualmente, duas linhas principais de pesquisa, as quais remontam à controvérsia dos modernos e, como resultado, a questão em relação a como as ideias gerais são representadas na mente continua aberta hoje<sup>56</sup> (COLLIER, 2005, p. 203). Para esse autor, tanto Locke quanto Hume apresentaram modelos válidos e um não conseguiu provar a impossibilidade do outro. Dessa forma alguns cientistas cognitivos contemporâneos, seguindo Locke, adotaram a teoria do protótipo<sup>57</sup>, outros, se voltando para Hume, defendem a teoria do exemplo<sup>58</sup>. Grosso modo, a teoria do protótipo postula que, no reconhecimento de padrões, a mente cria um protótipo para representar uma determinada classe de indivíduos apresentados no processo de aprendizagem.

---

<sup>56</sup> “[...] the contemporary debate over abstract ideas recapitulates the early modern controversy, and as a result, the question of how general ideas are represented in the mind remains open to this day.” (COLLIER, 2005, p. 203)

<sup>57</sup> “Prototype theorists”. Um protótipo seria como uma ideia abstrata para Locke.

<sup>58</sup> “Exemplar theorists”. Cada indivíduo exemplar seria como uma ideia particular no modelo de Hume.

Cada novo indivíduo, se semelhante ao protótipo, é classificado nesse grupo. A teoria do exemplo, por outro lado, propõe que cada instância individual é registrada separadamente na memória com todas as suas características particulares. Cada novo indivíduo é comparado aos demais em um processo paralelo massivo. É como se cada indivíduo exemplar “ressoasse como um diapasão” em harmonia com as instâncias similares na memória (COLLIER, 2005, p. 204). A diferença entre os dois modelos, segundo o autor, seria simplesmente em relação ao tipo de processamento. A discordância seria sobre uma computação baseada na similaridade em relação à média de cada classe (protótipo), ou uma similaridade média em relação aos exemplares<sup>59</sup> (COLLIER, 2005, p. 204). Mas seria interessante considerarmos também o momento do processamento. Na solução do protótipo, o processamento é realizado no momento da aprendizagem: o protótipo é sempre atualizado a cada novo indivíduo e armazenado de forma a estar pronto para ser utilizado quando necessário. Na solução do exemplo, faz-se necessário um processamento massivo no momento do reconhecimento de cada novo padrão. Se admitirmos que, por exemplo, ao nos depararmos com um leão na floresta, o tempo gasto para classificar esse indivíduo pode significar a diferença entre a vida e a morte, a primeira solução parece ser mais eficaz.

De qualquer forma, concordamos com Collier quando ele diz que “os primeiros filósofos modernos estavam no caminho certo quando discutiram, como uma questão empírica, a forma pela qual os conceitos e categorias são representadas na mente”<sup>60</sup> (COLLIER, 2005, p. 205). Hoje já é possível submeter essas teorias à prova e buscar evidências de que funcionam.

---

<sup>59</sup> “They merely disagree over whether this computation is based on its similarity to the averages of each class (i.e. the prototype), or its average similarity to the exemplars.” (COLLIER, 2005, p. 204)

<sup>60</sup> “[...] it is now clear that the early modern philosophers were on the right track when they regarded the question of how concepts and categories are represented in the mind as an empirical matter.” (COLLIER, 2005, p. 205)

## CONCLUSÃO

Como vimos, é possível, baseando-nos nas propostas de solução de Locke e de Hume para o problema dos universais e sustentados por evidências científicas atuais, argumentar contra a possibilidade do realismo e do essencialismo.

Dentro da teoria das ideias abstratas de Locke, encontramos um caminho para a rejeição do realismo platônico e mostramos como foi rejeitada a versão escolástica do realismo aristotélico. Além disso argumentamos que o realismo como um todo pode ser refutado se considerarmos o problema das gradações contínuas. Pois, apesar de Locke ter falhado ao tentar aplicar esse problema à análise horizontal das espécies, mostramos que as diferenças por gradações contínuas se verificam na análise vertical e no desenvolvimento contínuo da vida de qualquer indivíduo. Essas evidências apontam para uma conclusão importante: a impossibilidade de espécies complexas, como o homem, serem consideradas obras da natureza.

Também analisamos, nessa monografia, a posição de Hume em relação às questões centrais do problema dos universais. Destacamos que, apesar de concordar com Locke quanto à impossibilidade do realismo e quanto à formação dos grupos pela semelhança entre os particulares, Hume diverge dele em relação às ideias abstratas. Segue Berkeley em sua posição nominalista e a abstração é rejeitada, talvez, porque inviabilizaria seu “princípio da cópia”. Seu modelo é estruturado de uma maneira que permite examiná-lo em oposição ao essencialismo - possível em Locke e fundamental na tradição realista. Baseando-nos no experimento mental apresentado por Hume ao tratar da distinção da razão, apresentamos uma objeção ao essencialismo, mostrando que a essência das espécies não necessariamente está nas coisas, mas pode depender de outros seres que existem no mundo à sua volta.

Por fim constatamos como as contribuições de Locke e Hume influenciaram o desenvolvimento das ciências cognitivas. A abstração é um ponto de partida para pesquisas atuais que buscam explicações para o fenômeno da representação das ideias gerais na mente humana. Dessa forma podemos dizer que os empiristas ingleses, ao romper com a tradição, além de avançarem significativamente no desenvolvimento da teoria do conhecimento, legaram ao mundo uma estrutura sobre a qual podemos evoluir rumo a uma solução mais consistente para o problema dos universais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Bibliografia básica

HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. Editado por L.A. Selby-Bigge, M.A. (Oxford: Clarendon Press, 1896).

LOCKE, John. *An Essay concerning Human Understanding*. Editado por Peter H. Nidditch. Oxford: Clarendon Press, 1975.

### Bibliografia secundária

COLLIER, Mark. Hume and cognitive science: The current status of the controversy over abstract ideas. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 2005. p. 197–207. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Mark\\_Collier3/publication/226836478\\_Hume\\_and\\_cognitive\\_science\\_The\\_current\\_status\\_of\\_the\\_controversy\\_over\\_abstract\\_ideas/links/54a18b7c0cf256bf8baf747a/Hume-and-cognitive-science-The-current-status-of-the-controversy-over-abstract-ideas.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Mark_Collier3/publication/226836478_Hume_and_cognitive_science_The_current_status_of_the_controversy_over_abstract_ideas/links/54a18b7c0cf256bf8baf747a/Hume-and-cognitive-science-The-current-status-of-the-controversy-over-abstract-ideas.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2018.

FREGGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. Tradução de Sérgio R. N. Miranda. *Rev. de Pesquisa em Filosofia FUNDAMENTO*, v. 1, n. 3. 2011. p. 21-44. Disponível em: <<https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/fundamento/article/view/2271>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

KLIMA, Gyula. The Medieval Problem of Universals. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta (ed.). 2017. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/universals-medieval/>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

KUKLOK, Allison. Strings, Physies, and Hogs Bristles: Names, Species, and Classification in Locke. *Locke Studies* 18, 2018. p.1-27. Disponível em: <<https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/locke/article/view/1512/4005>>. Acesso em: 11 out. 2018.

LAURENCE, Stephen; MARGOLIS, Eric. Abstraction and the Origin of General Ideas. *Philosophers' Imprint*, Volume 12, n. 19, 2012. p.1-22. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/LAUAAT-2>>. Acesso em: 11 out. 2018.

LOVATTI, Maurilio. General ideas and the knowability of essence: Interpretations of Locke's theory of knowledge. *Oxford, Tercentenary John Locke Conference*, 2004. p.1-7. Disponível em: <<https://philpapers.org/archive/LOVGIA.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

NEWTON, Jesse. Locke on the ‘Species’ of Substances. *Locke Studies* 14, 2014. p.105-120. Disponível em: <<https://doi.org/10.5206/ls.2014.720>>. Acesso em: 11 out. 2018.

PAPPAS, George S. Abstract General Ideas in Hume. *Hume Studies*, Volume XV, n. 2, 1989. p.339-352. Disponível em: <<http://www.humesociety.org/hs/issues/v15n2/pappas/pappas-v15n2.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

REALE, Giovanni. *Aristotele Metafisica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo. Edições Loyola, 2002